

CONGRESSO

Fim da jornada 6 x 1 dá o 1º passo na Câmara

CCJ aprova as duas PECs sobre o tema. Governistas tentam capitalizar e oposição pede mais discussão, mas entidades empresariais demonstram preocupação

» WAL LIMA
» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) relacionadas ao fim da jornada 6 x 1 — segundo a qual são seis dias de trabalho e um de folga. Dois fatores chamaram a atenção: o primeiro, a baixa participação da oposição bolsonarista nos debates, o que evidencia que não tem uma estratégia definida para evitar que o Palácio do Planalto capitalize a paternidade da proposta; o segundo, a atuação do relator, deputado Paulo Azi (União-BA), que agradou aos governistas e foi considerada equilibrada. Os méritos dos textos ainda não têm data para serem analisados na comissão especial, que deve ser instalada na próxima semana.

Pela análise do relator, as duas PECs — uma de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que propõe reduzir a jornada semanal gradualmente das atuais 44h para 36h, em uma transição de 10 anos; outra, de autoria da deputada Erika Hilton (PSol-SP), que prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período — não violam cláusulas pétreas da Constituição. Segundo Lopes, que esteve na comissão, a redução da jornada será mais um passo na direção daquilo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início, há 38 anos, quando reduziu as horas trabalhadas de 48 para 44h.

“Essa redução é em nome de 31,7 milhões de trabalhadores. Aqueles que trabalham mais são os que ganham menos no Brasil. Não acredito no modelo de horas. Aqueles que trabalham menos são, de fato, os que entregam no prazo suas obrigações. A escala 6 x 1 se tornou a escravidão moderna. É fundamental colocar um ponto final. Os impactos serão sentidos por todos os setores da sociedade, em especial para os trabalhadores e suas famílias. Será positivo para o empresário e para o empreendedor”, explicou Lopes.

Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), defendeu o debate da proposta, mas “de forma responsável”. “Queremos discutir a (escala) 6 x 1 (para) avançar e modernizar a legislação trabalhista. O que não dá para fazer é uma PEC dessas, da noite para o dia, e produzir uma infinidade de desemprego e quebra de empresas”, frisou.

O deputado Kim Kataguirí (Missa-SP) criticou o fato de a apreciação da matéria ser realizada na

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Relatório do deputado Paulo Azi (União-BA) mereceu elogios dos governistas, que consideram ponderado



A escala 6 x 1 se tornou a escravidão moderna. Os impactos serão sentidos por todos os setores da sociedade, em especial para os trabalhadores. Será positivo para o empresário”

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma das PECs



Queremos discutir a [escala] 6 x 1 [para] avançar e modernizar a legislação trabalhista. O que não dá para fazer é uma PEC dessas, da noite para o dia, e produzir uma infinidade de desemprego”

Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara

forma de PEC. Segundo ele, o motivo seria apenas para reforçar um “palanque político”, pois, se estivesse como projeto de Lei, avançaria mais rápido na Casa.

“Todo mundo sabe que isso é absolutamente desnecessário. Se tivesse vontade política de fazer, tinham mandado o projeto com urgência constitucional no primeiro ano de mandato. Para quem acredita que se resolve numa canetada a produtividade de um país — não se resolve. Essa mesma promessa que está sendo feita agora é falsa, de dizer para os trabalhadores de que vai acabar a escala 6 x 1. Vai acabar igual à PEC das domésticas,

feita há 10 anos, com a promessa de que iriam receber mais, ter direitos, receber FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e férias remuneradas. O que aconteceu depois? Trezentas mil domésticas a mais trabalhando na informalidade. Nenhuma ganhou nenhum direito a mais”, criticou.

A preferência do governo era, desde o começo, por um projeto de lei, de tramitação mais rápida e que, ao fim, se aprovado, daria ao Palácio do Planalto a palavra final sobre o texto. Mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), bateu pé e avisou ao ministro de Relações Institucionais,

José Guimarães que daria preferência às PECs. Isso porque, apesar do processo mais lento de avanço na Casa, poderia não só trazer parte da paternidade do tema para a Câmara, mas, também, tirar do presidente Lula a decisão sobre a redação que vigerá.

Advertências

Entidades patronais, porém, continuam a fazer pressão contra a proposta no Legislativo. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) manifestou preocupação com o avanço das PECs, segundo ela, sem aprofundamento técnico e sem avaliação consistente dos impactos sobre a economia, o emprego e a renda do trabalhador.

“A Federação alerta que a aprovação da proposta na CCJ reforça o caráter precipitado e eleitoreiro da iniciativa, ao priorizar ganhos políticos de curto prazo em detrimento de uma discussão responsável sobre seus efeitos estruturais no país”, criticou a entidade em nota.

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) foi na mesma direção ao ressaltar que a proposta tende a gerar aumento de custos, perda de competitividade, redução de investimentos e impactos diretos sobre o emprego formal, especialmente em setores intensivos em mão de obra. “Levantamento elaborado pela Fiep aponta que a medida poderá causar perda de PIB no curto prazo, sem garantia de geração de empregos e o risco de demissão ou informalidade para cerca de 1,5 milhão de trabalhadores formais”, advertiu.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Caso Ramagem tensiona com a Casa Branca e respinga na eleição

O caso Alexandre Ramagem caiu no colo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pleno ano eleitoral como um episódio em que política interna, diplomacia e disputa de narrativas se entrelaçam. A prisão do ex-deputado e ex-diretor da Abin nos Estados Unidos, seguida da crise envolvendo o descredenciamento do delegado brasileiro Marcelo Ivo de Carvalho, transformou um caso judicial em um contencioso diplomático com forte impacto político. Lula vem escalando as críticas ao presidente Donald Trump e parece anabolizar o episódio para criar um incidente diplomático capaz de criar um divisor de águas na disputa eleitoral com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

É uma estratégia de risco, que somente tem sentido se houver uma avaliação de que Trump apoiará seu adversário e isso pode ter um impacto eleitoral positivo para Lula, tendo em vista a grande rejeição ao presidente dos EUA no Brasil. A decisão do governo norte-americano — sob influência do Departamento de Estado e do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental — de exigir a saída de Carvalho foi acompanhada de uma acusação grave: a de que o delegado teria tentado “manipular” o sistema de imigração dos EUA para contornar procedimentos formais de extradição e promover perseguição política. A imputação, ainda que sem detalhamento público, deslocou o caso do plano técnico para o da disputa política.

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, rebateu duramente a versão americana. Segundo ele, é “inimaginável” que um policial federal estivesse nos EUA para enganar autoridades locais, classificando essa hipótese como produto de “vilania de rede social”. Rodrigues confirmou que o delegado retornou ao Brasil e adotou como medida de reciprocidade a retirada das credenciais de um agente americano que atuava dentro da PF, em Brasília, restringindo seu acesso a instalações e bases de dados compartilhadas.

O pano de fundo do episódio é a condenação de Ramagem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 16 anos de prisão, na mesma ação penal que atingiu o ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Foragido, Ramagem deixou o Brasil pela fronteira com a Guiana e seguiu para os EUA, onde passou a pleitear asilo político. Sua prisão em Orlando por agentes do ICE teve natureza migratória e não decorreu diretamente do pedido de extradição feito pelo Ministério da Justiça brasileiro.

A soltura de Ramagem, com autorização para responder ao processo de asilo em liberdade, já sinalizava divergências de interpretação entre os dois países. O agravamento da crise veio com a decisão norte-americana de afastar o delegado brasileiro, interpretada pelo governo Lula como um gesto de desconfiança institucional. Na viagem à Europa, Lula reagiu publicamente ao episódio, com tom cauteloso, mas deu uma no cravo e outra na ferradura. Disse não ter informações completas sobre o ocorrido, mas advertiu: “Se houve um abuso com relação ao nosso policial, nós vamos fazer a reciprocidade com o dele no Brasil”.

Lula rechaçou qualquer ingerência da Casa Branca. Em outra declaração, afirmou que o Brasil “não pode aceitar esse abuso de autoridade que alguns personagens americanos querem ter com relação ao nosso país”. Caminha num terreno delicado, no qual precisa preservar canais diplomáticos e, ao mesmo tempo, mostrar firmeza perante a opinião pública doméstica. No plano político, o governo repõe no centro do debate a tentativa de golpe de Estado e a responsabilização de seus protagonistas, reforçando a narrativa de defesa da democracia.

Comunicação verbal

Para a oposição, especialmente aliados de Bolsonaro, o episódio alimenta o discurso de perseguição política, agora com repercussão internacional. O próprio Ramagem, ao agradecer autoridades norte-americanas pela soltura, passou a sustentar que sua permanência nos EUA é regular e amparada por um pedido legítimo de asilo. A crise atinge um dos pilares da cooperação bilateral: o trabalho de oficiais de ligação entre agências de segurança. A presença de delegados brasileiros junto a órgãos, como o ICE, e de agentes norte-americanos no Brasil, é fundamental para o combate ao crime transnacional, sobretudo o tráfico de drogas. O episódio pode comprometer essa engrenagem.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) diz ter informado à Embaixada norte-americana que aplicaria o princípio da reciprocidade contra um funcionário dos EUA. De acordo com o comunicado, o governo Trump descumpriu um trecho do acordo de cooperação entre os dois países. Isso porque adotou a medida contra o delegado brasileiro sem ter pedido esclarecimento sobre a atuação dele, nem tentar um diálogo com o governo daqui. “A representante da Embaixada norte-americana foi informada, também verbalmente, que o governo brasileiro aplicará o princípio da reciprocidade diante da decisão sumária contra o agente da Polícia Federal, que não foi precedida de qualquer pedido de esclarecimento ou tentativa de diálogo sobre o caso”, diz o comunicado do MRE.

Mais do que um incidente pontual, o caso revela uma tendência mais ampla: a crescente interseção entre disputas judiciais internas e dinâmicas geopolíticas. A atuação de Trump e o ambiente político polarizado nos EUA também ajudam a explicar a reação norte-americana, na medida em que o tema dialoga com a narrativa conservadora internacional de crítica à judicialização da política.

Para Lula, o episódio é, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade. Risco, porque pode tensionar relações com Washington e ser explorado pela oposição como sinal de isolamento. Oportunidade, porque reforça seu discurso de soberania e de resistência a pressões externas. O caso Ramagem deixou de ser apenas um processo judicial para se tornar um capítulo da disputa eleitoral de 2026, no qual os fatos importam tanto quanto a narrativa construída a partir deles. Ou até menos.

ELEIÇÕES 2026

Mínimo corrigido apenas pela inflação

A equipe econômica do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) estuda um pacote de ajuste fiscal que prevê a correção de aposentadorias, além de despesas com saúde e educação, apenas pela inflação. A proposta integra um conjunto de medidas que, segundo aliados, poderia gerar economia inicial de cerca de dois pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

O plano, adiantado pela *Folha de S.Paulo*, ainda não foi oficialmente apresentado. Integrantes da pré-campanha afirmam que a divulgação foi adiada por estratégia política, diante do receio de críticas, especialmente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, potencial adversário na disputa eleitoral. Nos bastidores, a avaliação é de que o tema poderia ser explorado como redução de direitos sociais.

Entre as principais medidas em estudo está a desvinculação dos pisos constitucionais de saúde e

educação. Atualmente, a Constituição determina percentuais mínimos de aplicação nessas áreas, mas a proposta permitiria que os valores fossem reajustados apenas com base na inflação, sem crescimento real.

Outra frente envolve mudanças na política de valorização do salário mínimo. A ideia é separar os reajustes concedidos aos trabalhadores da ativa daqueles aplicados a benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias do INSS e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passariam a ter apenas reposição inflacionária.

Para viabilizar as mudanças, seria necessária a aprovação de propostas de emenda à Constituição (PECs), que exigem amplo apoio no Congresso. A aposta do grupo político de Flávio é que uma eventual vitória nas eleições poderia fortalecer a base de apoio da direita no Legislativo, facilitando a tramitação.

Além do ajuste fiscal, o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Proposta de Flávio não foi divulgada ainda por temor às críticas

pré-candidato já declarou publicamente a intenção de promover um amplo programa de privatizações, com a possibilidade de venda de até 95% das estatais. O coordenador da pré-campanha, Rogério Marinho (PL-RN),

também defende a revisão de reformas anteriores, como a trabalhista e a da Previdência, em meio ao diagnóstico de que o atual modelo econômico enfrenta dificuldades para se sustentar no longo prazo. (AB)